

Estudo para erradicar miséria *fbuza*

por Helena Daltro
de Brasília

O governo vai desenca-
dear ações de curto, médio
e longo prazos na área so-
cial para acabar com a mi-
séria absoluta até o ano
2000 e tornar as condições
de vida no Brasil seme-
lhantes às da Itália e da Es-
panha. A informação é do
professor e jurista Hélio
Jaguaribe, do Instituto
Universitário de Pesquisas
e Estudos do Rio de Janeiro
(IUPERJ), que, a pedido
do presidente José Sarney,
feito em agosto do ano pas-
sado, elaborou um estudo
de 280 páginas sobre o as-
sunto.

O estudo foi entregue on-
tem por Jaguaribe a Sar-
ney, durante reunião com o

ministro da Casa Civil,
Marco Maciel, o embaixa-
dor Rubens Ricupero, as-
sessor especial do presi-
dente, e o ministro do Pla-
nejamento, João Sayad, e
os professores Marcelo de
Paiva Abreu, Wanderley
dos Santos e Winston Fritz,
colaboradores do trabalho
e integrantes do IUPERJ.

Os gastos no setor social,
segundo o ministro João
Sayad, vão passar de US\$ 2
milhões para US\$ 4 mi-
lhões, equivalentes a CZ\$
55 bilhões. Sayad informou
que o plano do governo in-
clui programas assisten-
ciais, educacionais, com-
bate às doenças endêmicas
e alimentação popular as-
sociada à política agrícola.
O plano, acrescentou, deve-

rá ser anunciado antes de
agosto próximo.

A curto prazo, observou
Sayad, o governo está exa-
minando medidas para a
política agrícola: preços
mínimos, valores básicos
de custeio, créditos para in-
vestimento e regras de in-
tervenção no mercado
agrícola. Essas medidas
fazem parte do plano de
metas do governo, que vai
detalhar os programas a
ser desenvolvidos por cada
ministério.

"O estudo recomenda
que se aplique no mínimo
12,5% do Produto Interno
Bruto (PIB) na área social.
Hoje o Brasil aplica 10,5%
do PIB nesse setor. Esses
2% de acréscimo são neces-
sários para a implementa-
ção do programa.

O secretário de imprensa
para assuntos econômicos,
Frota Netto, disse que as
ações devem ser desenvol-
vidas conforme três precei-
tos: transferência de renda
com o mínimo de conflitos;
plano plurianual de desen-
volvimento social; e asso-
ciação de metas com um
plano para suplementação
de carências mais graves.
O estudo será debatido ago-
ra pela Seplan, para poste-
rior análise do presidente,
e define três principais
níveis de carência no País:
o miserável (com renda de
zero a meio salário míni-
mo); o indigente (com ren-
da de meio a um salário
mínimo); e o pobre (com
renda de um a dois salários
mínimos).